

Entre a meritocracia e a ‘Escola sem Partido’:

Uma discussão acerca dos riscos à função escolar de educação para a cidadania a partir do estudo de caso de um Colégio de Aplicação

Emanuel Messias Arcas Vieira

O artigo propõe a análise dos significados referentes à categoria “meritocracia” em um Colégio de Aplicação da Zona da Mata de Minas Gerais. Com a hipótese de que o termo teria sido mobilizado com diferentes sentidos por indivíduos envolvidos em debates de sala de aula, gerando estranhamento e aversão recíprocos, pretende-se recorrer aos aportes do sociólogo Ezra Park para compreender os referenciais organizados e transmitidos nas interações simbólicas do colégio. A partir de um estudo de caso, propõe-se discutir os riscos inerentes do projeto Escola sem Partido à preparação para o exercício da cidadania na formação escolar e como esse tema se liga às tensões políticas percebidas.

Palavras-chave: meritocracia, Colégio de Aplicação, Escola sem Partido

Between Meritocracy and “School Without Party” A Discussion About the Risks to the School Function of Education for Citizenship from the Case Study of an Colégio de Aplicação proposes the analysis of the meanings referring to the meritocracy category in a school called Colégio Aplicação from Minas Gerais, Brazil. From the hypothesis that this would have been mobilized with different senses by the actors involved in classroom debates, generating mutual estrangement and aversion, we’ll use the contributions of the sociologist Ezra Park to understand the references organized and transmitted in the symbolic interactions. On this study case, we intend to discuss the inherent risks of the “School Without Party” project to the preparation for the exercise of citizenship in school education and how this theme is linked to the political tensions perceived.

Keywords: meritocracy, Colégio de Aplicação, School Without Party

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, Rio de Janeiro) e graduado em ciências sociais pela Universidade Federal de Viçosa (UFV, Brasil). É membro do Conselho Municipal de Cultura e Patrimônio Cultural e Ambiental de Viçosa e sócio fundador do Instituto Histórico e Geográfico de Viçosa.

E-mail: messias51@hotmail.com

Recebido em: 12/05/2017

Aprovado em: 15/12/2017

Apresentação

O presente artigo tem como ponto de partida os significados dados ao termo *meritocracia*, mobilizado ora como categoria analítica, ora como categoria nativa, e empregado com diferentes sentidos em cada uma das situações. A hipótese sustentada é que enquanto o termo pode servir ao reforço da crítica de análises sociológicas acerca das contradições e desigualdades sociais, pode também, por outro lado, ser usado em tentativas de legitimação do *status* e do patrimônio adquiridos por indivíduos que venham a se sentir ameaçados pelo mero vislumbre de princípios igualitaristas.

A fim de melhor desenvolver a discussão, serão mobilizadas reflexões procedentes de um estudo de caso, no qual houve a recorrência de debates acerca da categoria *meritocracia*. Esses debates aconteceram entre a professora e os alunos da disciplina de sociologia no Colégio de Aplicação Coluni, situado na cidade de Viçosa, região da Zona da Mata de Minas Gerais. Tais situações foram acompanhadas por meio de observação participante em sala de aula, durante pesquisa de campo feita no colégio ao longo do ano letivo de 2016, e analisadas à luz da obra *La ciudad y otros ensayos de ecología humana* (1999), do sociólogo Robert Ezra Park, expoente da Escola de Chicago.

Alguns interlocutores podem talvez imaginar que o cenário estudado fosse o ideal para uma boa aula de sociologia. Afinal, não é sempre que temos em sala debates no qual são expressos valores que formam a cultura política de estudantes secundaristas. Sob essa ótica, os debates podem vir a ser entendidos como uma espécie de iniciação à participação democrática, em que esta seria pensada pela assimilação das pautas contemporâneas. Se essa experiência tem, por um lado, uma importância inegável na formação desses jovens cidadãos, por outro, as tensões geradas não deixaram de provocar situações de rivalidade acentuada e até mesmo de aversão à disciplina de sociologia por parte de alguns alunos.

Assim sendo, uma das propostas deste artigo é a reflexão acerca dos procedimentos necessários para se fazer da sala de aula um espaço de preparação para o exercício da cidadania, tal qual expresso na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)¹. Bem como os riscos à esta premissa institucional decorrentes do Programa “Escola sem Partido”, que categoriza como educação moral de foro íntimo conteúdos que visam à desnaturalização e desconstrução de preconceitos e desigualdades, geralmente trabalhados pela disciplina de sociologia. Nesse sentido, sustenta-se que tal proposta é uma ameaça às conquistas de minorias políticas e uma ameaça às liberdades de muitos jovens, que teriam na escola

1. Lei nº 9.394/1996: estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

o primeiro espaço de conscientização e reconhecimento do direito à identidade e à diferença.

Em respeito aos envolvidas na pesquisa, optou-se por não fazer referências diretas a essas pessoas, sem qualquer mobilização de nomes ou outros sinais, a fim de que suas identidades fossem preservadas e que o artigo não gerasse quaisquer constrangimentos.

A meritocracia e a disputa pelos sentidos

A categoria *meritocracia* foi cunhada pelo sociólogo britânico Michael Young (1915-2002), sendo uma palavra híbrida formada pelos termos latino *mereo*, “merecer”, e grego *krátos*, “poder”. Costuma ser entendida e mobilizada a partir de duas perspectivas, as quais lhe imprimem diferentes significados. Na primeira delas, de grande adesão no senso-comum, a meritocracia trata-se de um princípio de justiça baseado em um modelo de progresso social e econômico que tem por referencial qualidades tais como o esforço individual, que se sobrepõem a fatores externos e que viriam a ser premiadas. Por outro lado, em uma abordagem mobilizada com mais frequência nas ciências sociais (inclusive pelo próprio autor do termo), a meritocracia deve ser considerada como um instrumento ideológico que pretende legitimar desigualdades sociais dentro de um sistema político e econômico. Uma de suas falhas seria o fato de não levar em consideração os contextos de nascimento dos atores sociais, ou as possibilidades de emancipação que receberam ao longo de sua socialização, a começar pela qualidade de sua formação escolar.

No livro em que cunha a categoria, *The Rise of the Meritocracy* (1958), Young descreve de forma satírica uma sociedade distópica do futuro, em que uma elite selecionada a partir de testes de QI² padronizados, tem seu poder consolidado nas diferentes esferas da vida social. Como apenas aqueles que tiveram a oportunidade de uma boa formação escolar conseguem se sair bem nos testes, a meritocracia dessa distopia teria a função de reproduzir um desarranjo social. A intenção do autor era fazer de sua obra, uma crítica ao sistema educacional britânico da época, também baseado em testes de inteligência similares. No entanto, sua intenção não parece ter sido compreendida por aqueles que se apresentam como entusiastas do termo, o qual está marcado por divergências em torno de sua interpretação e uso cotidiano.

A meritocracia é, com frequência, ilustrada como uma corrida de obstáculos onde os competidores saem de uma mesma linha de partida e enfrentam obstáculos semelhantes sob condições de tempo e treinamento iguais. Dessa forma, ao fim da corrida a

2. Quociente de Inteligência (QI) é uma medida padronizada obtida por meio de testes desenvolvidos para avaliar as capacidades cognitivas de um sujeito, em relação ao padrão comum à sua faixa etária. Ver (on-line): https://pt.wikipedia.org/wiki/Quociente_de_inteligência

posição dos atletas dependerá apenas de sua dedicação à prova. Nessa ilustração, a corrida representa o desenvolvimento profissional do indivíduo, ao passo que sua posição final se reflete em termos de condições socioeconômicas e de possibilidades de acesso a bens e serviços.

Um ponto importante a ser ressaltado é que para que a “corrida” da meritocracia seja justa, os seus participantes devem partir de um ponto comum, e ter à sua frente os mesmos tipos de obstáculos. Percebendo as contradições do sistema capitalista e pautando políticas de justiça redistributiva, alguns críticos afirmam que para que haja um sistema meritocrático realmente eficaz, é preciso ir além do individualismo e da afirmação formal da igualdade. Nessa ótica, uma meritocracia justa passaria pelo investimento público em educação de qualidade para todos e programas assistenciais para os setores mais pobres, a fim de que o ponto de partida da “corrida” fosse o mesmo, independentemente da classe ou da situação familiar dos corredores (SANDEL, 2015, p. 193).

Entendendo o surgimento da polêmica

No estudo de caso aqui mobilizado acerca do Colégio de Aplicação, percebeu-se que em algumas situações o “clima” em sala de aula ficou marcado pela tensão e os ânimos se exaltaram a ponto de desviarem totalmente o foco da aula, de modo que a discussão já não girava em torno de teorias ou métodos sociológicos, propriamente ditos, mas de comportamentos e sentimentos conflitantes, tornando a aula um espaço de embate de posições políticas divergentes. Havia uma criticidade recíproca às perspectivas de alguns alunos e da professora, e não faltaram momentos de constrangimento e desconforto com a situação, principalmente por parte daqueles que não participavam ativamente dos debates, nem compartilhavam dos mesmos pontos-de-vista. A disciplina foi taxada por alguns alunos de “lavagem cerebral”, descrita como servindo à propaganda política de esquerda, e não ao ensino de qualquer conteúdo pertinente à sua formação, mas a uma doutrinação ideológica. Foi o bastante para que se instaurasse a polêmica na escola!

O conceito “polêmica” tem sua origem no grego, *polemikos*, que quer dizer “agressivo, beligerante”, e em *polemos*, que por sua vez significa “guerra”. Em um contexto mais atual, o vocábulo designa a prática de provocar disputas e causar controvérsias em inúmeros campos discursivos, como na política, religião, arte, filosofia, literatura, etc., sendo frequente a referência à ‘polêmica’ como algo até mesmo necessário para o avanço do conhecimento no respectivo campo, na medida em que a antítese estimula suas

pesquisas e o aprofundamento das teorias. Assim sendo, o desenvolvimento sócio-cultural alcançado pela civilização humana só poderia vir a ser devidamente compreendido, se levada em consideração a dinâmica de relações antitéticas que se interpõem no fluxo dialético da história (HEGEL, 2001, p. 71).

Assim como as relações de conflito, também permeiam a estrutura social as relações do tipo associativo, que visam a cooperação dos membros de uma mesma comunidade de sentido, os quais compartilham entre si valores e significados comuns que desejam perpetuar através de sua reprodução simbólica. Em seu livro *La ciudad y otros ensayos de ecología humana* (1999), Ezra Park nos apresenta uma descrição da cidade como estruturada para além de seus mecanismos físicos, baseada nas atitudes organizadas e nos sentimentos inerentes aos costumes e tradições. Sobre essa questão, nos diz o sociólogo:

La ciudad es sobre todo un estado de ánimo, un conjunto de costumbres y tradiciones, de actitudes organizadas y de sentimientos inherentes a esas costumbres, que se transmiten mediante dicha tradición. En otras palabras, la ciudad no es simplemente un mecanismo físico y una construcción artificial: está implicada en los procesos vitales de las gentes que la forman; es un producto de la naturaleza y, en particular, de la naturaleza humana. Dentro de los límites de una comunidad urbana – y, en realidad, de cualquier área natural de hábitat humano – operan fuerzas que tienden a producir un agrupamiento ordenado y característico de su población y de sus instituciones. (...) Denominamos ecología humana, para distinguirla de la ecología vegetal y animal, a la ciencia que trata de aislar esos factores y describir las constelaciones típicas de las personas e instituciones producidas por la convergencia de tales fuerzas (PARK, 1999, p. 49).

Acerca dessas convergências de forças que se manifestam através de constelações particulares, nas quais sentimentos e atitudes são reproduzidos em interações simbólicas, fica latente uma correlação direta entre as dimensões da *cultura* e do *poder*. Desse modo, para além dos discursos mobilizados pelas partes envolvidas nos contextos de tensão e conflito – diluídos em antíteses teórico-ideológicas – percebe-se a manutenção de províncias de significado particulares, a partir dos lugares de fala assumidos pelos atores sociais.

Esses lugares de fala, que deixam transparecer o sentido atribuído pelos atores sociais às suas experiências de vida, podem ser entendidos como resultado do papel social que ocupam na estrutura, e da relação que mantêm com as instituições e suas respectivas funções sociais. Assim sendo, quando estudantes do

Colégio de Aplicação, considerado uma das melhores escolas públicas do país, defendem a meritocracia, isto se apresenta como a expressão de uma constelação particular que dá sentido às suas vidas e às suas expectativas de realização pessoal. Da mesma forma, a professora de sociologia - especialista em escravidão contemporânea - quando conceitua o desserviço gerado pela meritocracia na manutenção de injustiças sociais e desigualdades econômicas, também está expressando um posicionamento político baseado em um arsenal teórico-metodológico, que percebe as implicações da categoria na reprodução de tais desarranjos.

Assim sendo, para além das incompreensões recíprocas entre os dois posicionamentos, o que está em jogo em suas discussões é a própria subjetividade desses atores, suas crenças e sistemas de sentido, contrapostos em pares dicotômicos de interpretação da realidade social. Nesse caso específico, os significados dados ao conceito de meritocracia não são necessariamente interpretados da mesma maneira por ambas as partes, visto que estas são provenientes de diferentes *ethos*³.

O Colégio Aplicação e a busca por excelência

O Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Viçosa – Coluni foi criado em 26 de março de 1965, por decisão do Conselho Universitário da Universidade Rural do Estado de Minas Gerais, com vistas ao oferecimento do 3º ano do ensino médio, como uma forma de preparação ao ingresso universitário na mesma instituição. Em 1982, o colégio teve suas atividades expandidas para os 1º e 2º anos do ensino médio, estrutura essa ainda mantida pelo mesmo.

O Coluni está situado em um *campus* universitário da Zona da Mata mineira, sendo mantido pela Universidade Federal de Viçosa (UFV) por meio dos repasses de verba do Ministério da Educação, destinados à educação básica de nível federal. Possui uma boa infraestrutura, com instalações novas providas de salas amplas e com *data show*, que permitem a exibição de apresentações de slides e vídeos, os quais são usados nas aulas. Conta também com uma área de convívio comum a todas as séries, com jardins e bancos, onde há apresentações musicais durante os intervalos das aulas e intervenções artístico-pedagógicas nas quais são expostos trabalhos de poesia, artes gráficas e *banners* sobre temas interdisciplinares desenvolvidos no processo formativo, todos feitos pelos alunos. A escola conta também com laboratórios para as aulas de ciências naturais, com equipamentos de análise e pesquisa. Periodicamente, há oficinas de artesanato e trabalhos manuais, oferecidas por professores do corpo docente. Tais atividades enquadram-se como um importante instrumento de estímulo à criatividade e ampliação

3. O termo *ethos* provém do grego e significa "hábito, costume, uso". Uso a categoria neste artigo, como o conjunto de traços e modos de comportamento que conformam a identidade cultural de um grupo social.

das técnicas pedagógicas para além das aulas expositivas, o que favorece o desenvolvimento dos jovens em seu processo de aprendizagem.

Os corpos administrativo e docente são extremamente qualificados, sendo organizados por meio de processos seletivos comuns a todas as instituições da educação básica de nível federal, o que demanda dos professores e demais profissionais uma formação competente para o desenvolvimento do processo de ensino de forma técnica e didática, e lhes compete uma remuneração equiparada à dos professores universitários. O corpo discente também passa por um sistema de seleção, baseado em provas de conhecimentos das disciplinas do ensino fundamental, na qual são selecionados aqueles que, teoricamente, estariam mais aptos ao modelo pedagógico da escola – de aplicação. Esta poderia ser interpretada como uma forma de consciência e postura compartilhadas pelos alunos, com vistas a buscarem a excelência em seus estudos, de modo que saíam do processo de formação secundária capazes de tentar os mais diferentes processos seletivos das universidades do Brasil e do exterior.

Partindo dessa premissa, não é de se estranhar que princípios de competitividade sejam reforçados por esse sistema pedagógico, bem como traços e argumentos da meritocracia, na medida em que os estudantes são estimulados a uma lógica de produção estudantil além da média, o que fica comprovado em sua pontuação geral no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), onde a mesma ocupa um lugar destacado entre as escolas públicas do Brasil há alguns anos. Nesse sentido, o pensamento meritocrático e competitivo é reforçado pelo próprio sistema de ensino, que pontua positivamente os que se destacam o bastante para se fazerem merecedores de tais congratulações, reforçando traços que já são trazidos e cultivados por muitos dos jovens que procuram a escola.

Contudo, há aqui uma diferença explícita entre o que almeja a meritocracia dos estudantes do Coluni, e aquela que é sustentada por indivíduos da elite nacional. Enquanto estes últimos sustentam em seu discurso o direito à concentração de terras improdutivas em latifúndios, a taxaçaõ quase regressiva sobre sua propriedade, a isenção fiscal sobre sua produção industrial e, enfim, a inviabilização de reformas estruturais básicas à consolidação de um Estado de bem-estar social, os alunos do Colégio de Aplicação, por outro lado, defendem uma meritocracia pautada em sentimentos compartilhados pelas classes médias, desejosas de adquirirem mais condições de mobilidade social, e direcionadas a uma formação profissional que lhes permita acessar as condições objetivas de reprodução da vida material, com o conforto decorrente do poder aquisitivo para o consumo.

Mesmo assim, essa questão é recorrentemente alvo de críticas por parte de alguns pesquisadores das áreas educacionais da universidade, que assim como a professora de sociologia, percebem a seleção do corpo discente do CAP-Coluni como ausente de princípios democráticos. Para esses, o ingresso no colégio de aplicação é possível apenas a uma pequena parcela da população estudantil, a qual já traz consigo um considerável capital cultural, herdado dos pais e reproduzido por meio das condições oferecidas pelo grupo familiar durante sua formação (BOURDIEU, 2003, p. 41). Para esses pesquisadores, o colégio atua como um reproduzidor de desigualdades sociais, pouco interessado na democratização do conhecimento e representando um pensamento elitista, na medida em que se apresenta como uma espécie de propriedade exclusiva de alguns poucos “afortunados intelectuais” - em detrimento de seu caráter de escola pública.

O curioso desse caso, é que tal crítica nos remete diretamente ao sistema educacional apresentado na distopia de Michael Young, discutida no início deste artigo, onde o sociólogo cria o conceito de *meritocracia*. Que por outro lado, se contrapõe ao sentido de aplicação sustentado pelo Coluni, reforçado pelo seu processo seletivo e pelo seu sistema avaliativo. É justamente essa ambiguidade, digna dos conceitos que se mantêm entre fronteiras simbólicas, que aqui entendemos como resultado de uma disputa pelos sentidos. Esta disputa não se encerra na forma como são mobilizados os termos, mas se estende ao projeto político-pedagógico, à metodologia de ensino e avaliação e, enfim, aos valores e expectativas que serão incutidos, reforçados ou coibidos nesses jovens, ao longo de seu processo de formação escolar.

O preparo para o exercício da cidadania *versus* o programa ‘Escola sem Partido’

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) apresentada em 1996 pelo senador Darcy Ribeiro, em seu segundo artigo, “Dos Princípios e Fins da Educação Básica”, diz que: “A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Assim sendo, o processo formativo escolar não está pautado em um mero sistema de acúmulo de conteúdos, expostos pelos professores e recebidos indistintamente pelos alunos. Mas em uma formação que os prepare para a experiência da cidadania, resultada de seu desenvolvimento pleno. Para tanto, são necessários debates amplos acerca de direitos

e deveres, bem como sobre a interação social com a diversidade cultural que compõe as sociedades modernas.

Tais pressupostos, contudo, têm sido defrontados por defensores do projeto de lei da “Escola sem Partido” que, *a priori*, visaria combater as possíveis formas de “doutrinação” ideológica e política, que poderiam decorrer do processo de ensino e aprendizagem – pautando-se, segundo seus organizadores, em princípios democráticos presentes na Constituição Federal de 1988.

No entanto, em seus desdobramentos e apropriações, o programa dá margens a interpretações marcadas por posições retrógradas que se voltam contra os conteúdos programáticos de desconstrução do machismo, racismo e homofobia, normalmente trabalhados na disciplina de sociologia. Nesse caso, o que se percebe é que enquanto há uma tendência progressista que visa à inclusão de temáticas pertinentes aos diferentes grupos de interesses que compõem a complexa pluralidade da sociedade civil, há também, em contraposição, grupos conservadores que não aceitam tranquilamente essas mudanças. Segundo a perspectiva de alguns desses grupos, amparados em uma lógica utilitarista de “vontade da maioria”, algumas identidades culturais se enquadrariam em categorias de desvio e inadaptação, e não deveriam contar com espaços de desnaturalização do preconceito nas escolas.

Um dos princípios do programa “Escola sem Partido” diz que o professor deve respeitar o direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções. Porém, e quando essas convicções desencadeiam posturas inconstitucionais que não reconhecem as garantias de diferentes identidades sociais, integrantes das chamadas minorias políticas, como os homossexuais ou os praticantes de cultos afro-brasileiros? Mesmo nesses casos as discussões acerca dessa problemática social não seriam papel da escola, enquanto uma instituição democrática responsável pela formação de futuros cidadãos?

Acerca da transformação notável relativa às instituições tradicionais, como a escola, Park nos diz em *La ciudad y otros ensayos de ecología humana* (1999):

Bajo la influencia disgregadora de la vida urbana, la mayoría de nuestras instituciones tradicionales - la iglesia, la escuela y la familia - han sido notablemente transformadas. Por ejemplo, la escuela ha asumido ciertas funciones de la familia; alrededor de la escuela pública y de su empeño para asegurar el bienestar moral y corporal de los niños tiende a constituirse algo parecido a una nueva vecindad, un nuevo espíritu comunitario. (...) Igualmente se podrían llevar a cabo investigaciones sobre la escuela y la iglesia. También aquí han cambiado las actitudes y la política con las

transformaciones del medio. Es importante porque, en última instancia, la organización social reposa sobre esas instituciones, cuyos intereses vitales e inmediatos encuentran ahí una expresión concreta (PARK, 1999, p. 67).

Segundo Park, esse espírito comunitário que marca a escola pública moderna assegura o bem-estar moral de seus alunos. Seria esse espírito comunitário da escola, no desempenho de sua função cívica, a expressão de um empecilho à sociabilidade? Ou, numa outra perspectiva analítica, o respeito à diversidade cultural e a relativização de costumes, valores e crenças enquanto construções histórico-sociais, ainda não teriam sido suficientemente trabalhados em sala de aula? Afinal, as ciências sociais, legatárias legítimas do estudo e da discussão desses caros temas têm, infelizmente, um histórico marcado pela intermitência no currículo programático da educação básica no Brasil.

Assim, pode ser de difícil compreensão àqueles que não se debruçaram sobre a questão da tolerância, entender todas as suas implicações sociais e sua imprescindibilidade na manutenção da ordem pública. No entanto, arrisco-me a dizer que entre os que estudaram as ciências sociais, é praticamente de comum acordo que os custos da tolerância (e do direito à diferença, principalmente) são muito menores que os do extermínio. É importante entender que a arena política democrática instaura um processo de disputa ideológica que, dentro de suas normas e procedimentos próprios de representação, pode permitir que identidades plurais que constituem a sociedade moderna venham a conviver pacificamente, evitando que os conflitos identitários acabem por desencadear violações aos direitos e garantias fundamentais.

Para que isso seja eficaz e bem empregado, além da oficialização das instituições e das normas em uso, é também necessária uma devida compreensão dos princípios jurídico-políticos que permitem sua operacionalização por parte da população. A fim de que esta possa saber como participar do processo decisório, reivindicar direitos e o cumprimento de deveres, faz-se imprescindível o ensino desses princípios no ambiente escolar, integrados ao conteúdo básico das disciplinas de ciências sociais.

Considerações finais

A premissa aqui sustentada é que a escola é uma das instituições mais importantes na compreensão dos jovens, acerca da importância do respeito à diversidade cultural e do envolvimento nas questões de ordem pública. Assim sendo, a função da escola de formação para o exercício da cidadania estaria assegurada, se o que

estivesse sendo levado em consideração fossem os princípios constitucionais, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, ou as tantas mobilizações de movimentos sociais que passaram a reivindicar nas ruas o direito à diferença, a partir dos anos 60. Porém, vivemos tempos obscuros, em que nossas instituições democráticas enfrentam forte instabilidade em decorrência de um golpe civil, e que seguem em curso reformas que visam o desmonte do Estado de bem-estar social.

Nesse cenário, despontam estratégias perigosas que visam destituir a escola da função de preparação dos jovens para o exercício da cidadania. Em meio às tantas agitações da sociedade brasileira, e das reflexões acerca dos limites e possibilidades do ensino escolar, surgem tensões e conflitos oriundos de interesses antagônicos. Enquanto instituição responsável por ensinar formas de saberes e por pensar a cultura, a escola passa a ser também um espaço de disputa de diferentes projetos de poder. Para uns, a escola deveria ser um espaço de transmissão dos conteúdos com vistas a uma formação suficiente aos exames de proficiência exigidos pelo mercado de trabalho, e pelas instituições de ensino superior. Para outros, além disso, a escola teria também um papel de formação cidadã, e a responsabilidade de propiciar espaços de reflexão crítica e desnaturalização acerca das diferentes questões que permeiam o cotidiano e a agenda política.

Além dessas duas alternativas, há ainda uma terceira abordagem na qual a apropriação de ambas as perspectivas seria pertinente, de modo a levar em consideração a liberdade de consciência e expressão dos alunos. Nesta metodologia, os estudantes são entendidos como atores centrais do processo de aprendizagem, o qual vai sendo percorrido pela curiosidade e criatividade de seus investigadores, que são estimulados a pensar sobre os diferentes fenômenos sociais com liberdade. Com essa postura pedagógica, os estudantes não sofrem o cerceamento de qualquer tipo de debate pertinente à sua formação humana e científica, bem como também não são submetidos a imposições doutrinárias enviesadas, que limitem o debate a somente uma parcela do referencial teórico relativo à área temática estudada. Por outro lado, também não seriam privados dos conhecimentos necessários à sua carreira acadêmica e profissional, o que como vimos no estudo de caso aqui mobilizado, é de grande importância para muitos jovens ainda na educação básica.

Em vez de projetos que limitem os horizontes de reflexão e de questionamento acerca do mundo e das coisas, deve ser por meio do estudo e da mobilização livre das mais diversas teorias e métodos, legados pelos representantes das diferentes posições que compõem o vasto espectro político, que os jovens terão condição de se

posicionarem com autonomia diante das polêmicas com que se depararem nas esferas de socialização. Essas tantas abordagens são consequências inerentes à diversidade e à difusão de culturas pelo mundo, não devendo serem temidas ou atacadas, mas entendidas com razoabilidade e utilizadas como material de investigação científica para uma melhor compreensão do ser humano e da sociedade.

Referências

BOURDIEU, Pierre. (2003), “Escola Conservadora: As desigualdades frente à escola e à cultura”. Em: Escritos de Educação. Petrópolis, Vozes, pp. 41-64.

BRASIL. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996. Disponível (on-line) em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf

ESCOLA SEM PARTIDO. (s/d), “Por uma lei contra o abuso da liberdade de ensinar”, Programa Escola sem Partido. Disponível (on-line) em: <http://www.programaescolasempartido.org>

GADEA, Carlos A. (2013), “O interacionismo simbólico e os estudos sobre cultura e poder”. Sociedade e Estado, Vol. 28, n° 2, pp. 241-255.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. (2001), A razão na história: Uma introdução geral à filosofia da história. São Paulo, Centauro.

PARK, Ezra Robert. (1999), La ciudad y otros ensayos de ecología humana. Barcelona, Ediciones del Serbal.

ROCHA, Camilo. (06/11/2017), “O livro que criou o termo 'meritocracia' é uma dystopia”. Nexo, Expresso. Disponível (on-line) em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/11/06/O-livro-que-criou-o-termo-meritocracia-%C3%A9-uma-distopia>

SANDEL, Michael. (2015), Justiça: O que é fazer a coisa certa. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

YOUNG, Michael. (1958), The Rise of the Meritocracy. London, Thames and Hudson.